



**Poder Judiciário**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Seção Judiciária de Santa Catarina**  
**1ª Vara Federal de Criciúma**

Av. Centenário, 1570, 2º andar - Bairro: Santa Barbara - CEP: 88804-001 - Fone: 4834314220 - jfsc.jus.br - Email: sec01@jfsc.jus.br

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5000691-22.2025.4.04.7204/SC**

**IMPETRANTE:** ----

**IMPETRADO:** UNIÃO FEDERAL - UNIÃO - FAZENDA NACIONAL - SANTA MARIA

**IMPETRADO:** COORDENADOR DO PROJETO MAIS MÉDICOS - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - BRASÍLIA

**IMPETRADO:** SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - BRASÍLIA

**IMPETRADO:** DIRETOR DE PROGRAMAS DA SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (SGTES/MS) - UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - BRASÍLIA

**SENTENÇA**

**Vistos etc.**

Cuida-se de **mandado de segurança** impetrado por ----  
contra **ato do Coordenador do Projeto Mais Médicos em Brasília, do Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde em Brasília e do Diretor de Programas da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) em Brasília**, objetivando, em suma, ocupar uma das vagas de médico do Programa Mais Médicos, que afirma estarem ociosas no Estado de Santa Catarina.

Segundo a petição inicial, o impetrante é médico graduado no Paraguai que deseja exercer seu labor funcional no Brasil via Programa Mais Médicos. Embora preenchesse todos os requisitos exigidos, não foi convocado pelo Programa, apesar de várias vagas desocupadas em municípios que enfrentam grave deficiência de atendimento médico.

Por isso, ingressou com esta demanda, alinhando uma série de argumentos, como os objetivos das políticas públicas de saúde, a universalidade da saúde, o abandono de vagas pelos médicos convocados em regiões de difícil acesso, os recursos destinados ao pagamento dos médicos nesse Programa Federal, dentre outros.

O processo veio concluso.

**Decido.**

Compulsando detidamente a inicial, vejo que deve ser indeferida, pelas razões que passo a expor.

Os requisitos para a concessão da pretensão veiculada no **mandado de segurança** estão delimitados no art. 1º da Lei n. 12.016/2009 (LMS), nos seguintes termos:

*Art. 1º Conceder-se-á **mandado de segurança** para proteger **direito líquido e certo**, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, **ilegalmente ou com abuso de poder**, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.*

Conforme precedente do STF, "O '**direito líquido e certo**', pressuposto constitucional de admissibilidade do **mandado de segurança**, **é requisito de ordem processual**, atinente à existência de **prova inequívoca dos fatos** em que se basear a pretensão do impetrante e não à procedência desta, matéria de mérito" (STF. RTJ 133/1314, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE).

Ainda segundo o STF, "A noção de direito líquido e certo ajusta-se, em seu específico sentido jurídico-processual, ao conceito de situação decorrente de **fato incontestável e inequívoco, suscetível de imediata demonstração mediante prova literal pré-constituída**." (MS 23190/AgR. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2014).

Por consequência, "O **mandado de segurança** não viabiliza a instrução processual, devendo **o direito que se alega existente ser demonstrado mediante dados anexados à inicial**." (STF. MS 36856, Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 17/05/2021).

Noutro precedente, é didaticamente dito:

Cumpra não perder de perspectiva que, em sede de **mandado de segurança**, os fatos alegados não de resultar líquidos, comprovados, desde logo, mediante prova literal pré-constituída, cuja produção – veiculada com a própria petição **inicial** – revele-se suficiente, só por si, para demonstrar a incontestabilidade dos fatos subjacentes à impetração mandamental.

É importante assinalar, neste ponto, que, inexistindo comprovação documental concernente às premissas fáticas em que se apoia a pretensão jurídica da parte impetrante, descaracteriza-se a própria liquidez dos fatos expostos por quem ajuizou a ação mandamental, introduzindo, assim, uma situação de dúvida fundada, que inviabiliza, em face da própria controvérsia daí decorrente, a utilização da via sumaríssima do mandado de segurança. (MS 23190 AgR, Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2014)

Dessa forma, na linha de precedentes do STF, caso ausente demonstração documental de fato incontestável e inequívoco em que se apoia a pretensão do impetrante, revela-se inadequada a via do **mandado de segurança**.

Ainda, dentre os pressupostos à concessão da pretensão veiculada em mandado de segurança **destaca-se a exigência de demonstração da prática de ato ilegal ou abusivo** por parte de autoridade pública.

Na lição de HELY LOPES MEIRELLES, "o objeto do mandado de segurança será sempre a correção de ato ou omissão de autoridade, **desde que ilegal** e ofensivo ao direito individual ou coletivo, líquido e certo do impetrante" (Mandado de segurança, 39ª ed. Malheiros. p.40). Ademais, "o **objeto normal do mandado de segurança é o ato administrativo específico**" (idem, p. 41)

Assim, somente o ato (ou omissão) lesivo que estiver em desacordo com a lei ou em situação de abuso de poder é que estará sujeito à correção via **mandado de segurança**.

É certo que o mandado de segurança pode assumir feição repressiva ou preventiva, mas, em qualquer das formas que assuma, é preciso que fique demonstrado que a autoridade impetrada praticou ou que esteja em vias de praticar ato administrativo (tido como coator) concreto e específico em desfavor do impetrante.

Nessa linha, o STJ já decidiu que "o cabimento de mandado de segurança preventivo exige muito mais do que um mero receio subjetivo da lesão a um direito, mas sim a existência de uma ameaça real, plausível, concreta e objetiva, traduzida em atos da Administração preparatórios ou ao menos indicativos da tendência da autoridade pública a praticar o ato ou a se omitir deliberadamente quando esteja obrigada a agir. Portanto, no mandado de segurança preventivo é indispensável para a concessão da ordem a demonstração inequívoca de efetiva ameaça de lesão a direito líquido e certo defendido pela impetrante, o que decorre de atos concretos da autoridade apontada como coatora" (AgInt no MS 25.563/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, julgado em 17/03/2020, DJe 20/03/2020).

Tal *ameaça real, plausível, concreta e objetiva, traduzida em atos da Administração preparatórios* não se confunde com a previsão de cumprimento das atribuições legais e as ações gerais da Administração, mas devem representar uma ação direcionada contra o impetrante e que esteja em vias de se concretizar.

Nessa linha, preconiza o STJ:

*"Não é cabível mandado de segurança preventivo visando à concessão da ordem para declaração de caráter meramente normativo, a ser aplicada em casos futuros e genéricos"* (AgInt no RMS 53.399/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 15/03/2019). (AgInt no AREsp n. 1.648.130/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 11/4/2022, DJe de 19/4/2022.)

Ora, no caso, a petição inicial não indica nenhum ato administrativo, concreto e individualizado, praticado pela Administração do Programa Mais Médicos em desfavor do impetrante. Também não foram indicados atos concretos em vias de serem expedidos contra o impetrante, de modo que a impetração se resume a pedir o reconhecimento constitucional de que a convocação dele para uma das vagas atenderia a princípios constitucionais que servem de garantia ao cidadão.

Ao que se vê, a petição inicial traslada para a subjetividade do impetrante fundamentos jurídicos que não lhe pertencem enquanto profissional interessado em uma das vagas.

Na realidade, o impetrante discorre sobre interesses difusos para, ao fim e ao cabo, equiparar o direito à saúde e o direito à nomeação do cargo como se se tratassem de um direito individual único, de sua titularidade, o que se afigura equivocado.

Em suma, resta evidente que não há ato coator praticado contra o impetrante apto a justificar o presente mandado de segurança, mesmo na ampliação mais extensa que se possa imprimir à demanda, de ato contra a lei em tese.

Na realidade, o que busca o impetrante é defender o direito à saúde como direito de todos, ao postular o acesso à vaga em tela, para o que a presente via se mostra inadequada, até por não deter ele legitimidade para defender esse direito difuso.

De qualquer forma, dada a ausência de ato coator perpetrado especificamente contra o impetrante ou,

noutros termos, dada a ausência de direito líquido e certo do impetrante lesado ou ameaçado de lesão, a extinção do feito se impõe.

Ante o exposto, **INDEFIRO** a petição inicial e **DECLARO EXTINTO o processo**, sem exame do mérito, a teor do art. 485, I, IV e VI, do CPC.

Defiro a Gratuidade da Justiça ao impetrante, isentando-lhe do pagamento das custas processuais.

Sem honorários advocatícios (art. 25 da LMS).

Sentença publicada e registrada eletronicamente.

**Intime-se.**

Interposta apelação, cumpra-se o disposto no art. 1.010, §§ 1º a 3º, do Código de Processo Civil.

Transitada em julgado, archive-se.

---

Documento eletrônico assinado por **ADRIANA REGINA BARNI, Juíza Federal Substituta**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **720012615916v18** e do código CRC **aae910d9**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): ADRIANA REGINA BARNI  
Data e Hora: 5/2/2025, às 18:50:29

---

5000691-22.2025.4.04.7204

720012615916 .V18